

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
Herbert Victor Levy – Presidente  
Luiz Fernando Ferreira Levy – Vice-Presidente

Paulo Roberto Ferreira Levy  
Henrique Alves de Araújo  
Roberto de Souza Ayres  
Delacir Mazzini  
Benjamin Constant Correa Junior

# GAZETA MERCANTIL

GAZETA MERCANTIL

QUARTA-FEIRA, 31 DE JANEIRO DE 1996

## *Economia - Brasil* Lição bem absorvida da estabilização

Como temos focalizado em uma série de editoriais, um dos aspectos mais animadores da recente evolução político-econômica do País é a mobilização dos governos dos estados pela regularização de suas finanças para poderem atender aos reclamos de suas populações. Cada estado se vê a braços com problemas específicos e suas condições para enfrentá-los são variáveis, mas talvez se possa dizer que nenhuma unidade da Federação está tão adiantada nesse processo como o Estado de Minas Gerais, tido como conservador, refratário a mudanças e muito apegado a instituições estatais.

Em meio a uma reforma administrativa, já em preparo para a aprovação esperada das emendas federais sobre a questão, o Estado de Minas está concluindo negociações para ter o BNDES como “sócio estratégico” na Centrais Energéticas de Minas Gerais (Cemig), vai privatizar o Banco de Crédito Real (Credireal), está acertando detalhes para a liquidação final da Minascaixa e poderá vir a extinguir a Cia. Mineradora de Minas Gerais (Comig), se não conseguir privatizá-la.

Esta é uma ação em diferentes direções para a melhoria das condições de vida da população através de investimentos sociais, além daqueles destinados a fortalecer o estado como pólo de atração de novos empreendimentos privados. A operação envolvendo a Cemig traça um dos caminhos pioneiros para o futuro do setor elétrico no País. Pelo que foi anunciado, o BNDES adquirirá 33% das ações ordinárias da empresa, tendo as-

sento em sua diretoria, mas o controle permanecerá em mãos do governo de Minas.

As autoridades mineiras insistem em dizer que não se trata de uma privatização, o que é verdade. Compreende-se como é difícil para o estado dispor do controle de sua companhia energética, que tão importante tem sido para alavancar o seu desenvolvimento, além de ser uma das mais eficientes empresas do setor no País. Transferir as decisões de investir para outra instância pode gerar um certo desconforto nesse momento, mas não resta dúvida de que o primeiro passo para a privatização foi dado. No decurso do tempo e com a experiência acumulada pelo Programa Nacional

**Por meio de uma  
ação em várias  
direções, Minas  
busca recuperar  
o ímpeto do  
desenvolvimento**

de Desestatização (PND), a Cemig poderá ter o capital pulverizado, mantendo o Estado de Minas o controle, de acordo com o modelo da “golden share”. Quanto ao Credireal, uma das primeiras decisões do governador Eduardo Azeredo foi a de privatizar esse banco, que opera paralelamente ao Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge). Realmente, não serve a nenhum objetivo útil ao estado possuir dois bancos comerciais, e o Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer) veio proporcionar a oportunidade para efetivar a rápida transferência do Credireal para o setor privado. O financiamento do Banco Central por meio do Proer

seria parte de um acerto de contas, que incluiria a liquidação da Minascaixa e o resgate de debêntures emitidas por autarquias federais extintas.

Essa racionalização da máquina do governo estadual não será feita mediante concessões ou subsídios. Como assinala o secretário do Planejamento e também vice-governador Walfrido dos Mares Guia, nada seria feito de graça, devendo o estado apresentar garantias em imóveis e ações, de acordo, aliás, com o modelo que o governo federal vem adotando nas negociações de dívidas do governo federal.

Sempre há resistências corporativistas a transformações como estas, mas elas são essenciais para recuperar o ímpeto de desenvolvimento do Estado de Minas. Pouco adianta àquele estado, ou a qualquer estado, ter um “sistema financeiro”, como Minas já teve, com dois bancos comerciais, uma caixa econômica e um banco de desenvolvimento. Ou possuir grandes empresas estatais incapazes de investir na infra-estrutura por falta de recursos. Aí está a grande lição pragmática da estabilização tão bem absorvida pelo governo mineiro.

O que é bom, sim, para todos os estados, é reduzir as despesas da administração, enxugar a máquina estatal, poupar recursos, para colocar suas contas em dia. inclusive a folha de pessoal, fazer a contrapartida de projetos com financiamentos internacionais (como a duplicação da Rodovia Fernão Dias) e ter capital de giro para poder operar sem pesados ônus financeiros.